

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1016545-60.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**  
 Requerente: **Cristiane Ferreira Gonçalves**  
 Requerido: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Cristiane Ferreira Gonçalves propôs a presente ação cautelar contra a ré Unimed de São Carlos – Cooperativa de Trabalho Médico, pedindo que seja esta compelida a exibir em juízo o contrato nº 323876312, celebrado entre as partes, que culminou com o débito apontado junto ao SCPC e Serasa.

A liminar foi deferida às folhas 16.

A ré, em resposta de folhas 21/24, exibiu o documento pretendido, não oferecendo resistência, aduzindo que a notificação extrajudicial que lhe foi encaminhada não continha prazo para atendimento.

O documento pretendido foi digitalizado às folhas 69/110.

Réplica de folhas 128/131.

Relatei. Decido.

A presente ação cautelar tem caráter satisfativo, na medida em que a pretensão inicial se exauriu com a exibição pela ré do documento buscado (RT 611/76, RJTJESP 96/280, RJTJERGS 177/360 e JTA 41/67).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A ré não ofereceu resistência, instruindo a resposta com o documento pleiteado pela autora (**confira folhas 69/110**).

Tendo em vista a apresentação dos documentos no prazo da contestação, não há que se falar em condenação em honorários sucumbenciais, diante da ausência de resistência.

**Nesse sentido:**

**0005108-74.2012.8.26.0071** Apelação

Relator(a): Francisco Giaquinto

Comarca: Bauru

Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 17/04/2013

Data de registro: 18/04/2013

Outros números: 51087420128260071

**Ementa:** “Medida cautelar de exibição de documentos Honorários advocatícios A condenação de honorários advocatícios de sucumbência ou da causalidade, em ação cautelar de exibição de documentos, deve vir comprovada pela resistência em exibir o documento pretendido Resistência não comprovada Documentos exibidos pela ré, com a contestação, não caracterizando resistência Honorários indevidos nesta hipótese - Sentença mantida Recurso negado.”

Ademais, a notificação extrajudicial encaminhada pela autora à ré não contém qualquer prazo para cumprimento (**confira folhas 13**).

Pelo exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, II, do Código de Processo Civil. Por não ter a ré oferecido resistência, deixo de condená-la no pagamento dos honorários sucumbenciais. Eventuais custas remanescentes serão custeadas pela autora, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.R.I.C.

São Carlos, 22 de janeiro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**